

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.011 - RS (2019/0189456-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : RIO GRANDE ENERGIA S/A  
**ADVOGADOS** : MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA - SP299951  
GERSON CAZOTTI BELINASSO - RS088707  
**AGRAVADO** : COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA  
**ADVOGADO** : TARCÍSIO RODOLPHI CARNEIRO - RS048796

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RIO GRANDE ENERGIA S.A. contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE. INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO CARACTERIZADA. TEORIA FINALISTA MITIGADA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que a parte autora, ainda que se trate de pessoa jurídica que atua no ramo da industrialização de leite, apresenta vulnerabilidade técnica em relação à concessionária de energia elétrica, fornecedora do serviço. Trata-se da chamada 'Teoria Finalista Aprofundada ou Mitigada'. Precedentes jurisprudenciais deste Tribunal e do STJ. Decisão que determinou a inversão do ônus da prova, ressaltando que a prova do fato constitutivo do direito alegado continua sendo da parte autora (art. 373, I, do CPC), mantida. RECURSO DESPROVIDO" (fl. 395 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, alega-se violação dos arts. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor e 373, I, do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor não é automática. Insurge-se contra a inversão do ônus da prova em favor da recorrida.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

### DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

# Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, as conclusões do Tribunal de origem acerca da existência de relação de consumo entre as partes, em razão da hipossuficiência econômica e técnica da parte recorrida, e da necessidade de inversão do ônus da prova em seu favor, decorreram da convicção extraída da análise dos fatos e das provas do processo, como se vê do seguinte trecho do voto condutor:

"(...)

*De acordo com o entendimento pacificado no âmbito desta Câmara, em hipóteses tais como a presente aplica-se o Código de Defesa do Consumidor.*

*Isto porque a parte autora, que utiliza a energia elétrica na sua atividade de industrialização do leite, se apresenta em situação de visível vulnerabilidade técnica, em relação à concessionária de energia, que detém todas as condições de produzir a prova necessária quanto à adequação do serviço prestado, esclarecendo os motivos da interrupção e as controvérsias sobre o ocorrido.*

*Trata-se da chamada 'Teoria Finalista Aprofundada ou Mitigada' que admite, em determinadas hipóteses, que o conceito de consumidor final seja mitigado, quando evidenciada alguma vulnerabilidade daquele que compra/contrata - ainda que se trate de uma pessoa jurídica -, frente ao fornecedor do produto ou serviço.*

"(...)

*Portanto, não merece reparos a decisão que determinou a incidência do Código de Defesa do Consumidor, inclusive porque ficou ressalvado que no que se refere à prova do fato constitutivo do direito alegado, o ônus da prova continua sendo da parte autora, a teor do que dispõe o art. 373, I, do CPC.*

*Assim, tendo em vista que esclarecido que a inversão do ônus da prova, no caso, se refere à prova da adequação do serviço prestado, esclarecendo os motivos da interrupção e as controvérsias sobre o ocorrido, encontra-se acertada a decisão proferida na origem" (e-STJ fls. 786/791).*

Rever tais fundamentos importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal ante o teor da Súmula nº 7/STJ.

Ademais, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Observe-se o seguinte julgado:

**"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA DO CDC. SÚMULA N. 83/STJ.**

**CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. RAZÕES DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 284/STF. CONTINÊNCIA DE AÇÕES. INOVAÇÃO RECURSAL.**

**1. Não há cerceamento de defesa na hipótese em que ocorre julgamento sem a produção de prova pericial, quando o Tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito e reconhecer que existem provas suficientes para a formação do seu convencimento. A revisão do entendimento atrai a incidência da Súmula n. 7/STJ.**

# Superior Tribunal de Justiça

2. O CDC não se aplica aos casos em que não estiver configurado o destinatário final da relação de consumo, podendo, no entanto, ser flexibilizada a aplicação da teoria finalista quando ficar comprovada a condição de hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica da pessoa jurídica.

3. A não impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida enseja a aplicação da Súmula n. 284 do STF.

4. As inovações recursais trazidas nas razões do regimental não comportam análise, tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa.

5. Agravo regimental desprovido".

(AgRg no AREsp 439.263/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/3/2014, DJe 4/4/2014 - grifou-se)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Não cabe, na hipótese, a majoração dos honorários sucumbenciais prevista no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, pois o recurso tem origem em decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator